

Relatório de Gestão
Superintendência da Polícia Federal
em Roraima

SUMÁRIO

1. Identificação	5
2. Responsabilidades institucionais	5
2.1. PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	5
3. Estratégia de atuação	7
4. Gestão de programas e ações.....	7
4.1. PROGRAMAS.....	7
4.1.1. Programa 0662 – Combate a Criminalidade.....	7
4.1.1.1. Dados gerais.....	7
4.1.1.2. Principais Ações do Programa.....	8
4.1.1.3. Gestão das ações	8
4.1.1.3.1. Ação 2679 – Fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos.....	8
4.1.1.3.1.1. Dados gerais.....	8
4.1.1.3.1.2. Resultados.....	9
4.1.1.3.2. Ação 2726 - Prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União.....	10
4.1.1.3.2.1. Dados gerais.....	10
4.1.1.3.2.2. Resultados.....	11
4.1.1.3.3. Ação 2720 - Operações de caráter sigiloso.....	13
4.1.1.3.3.1. Dados Gerais.....	13
4.1.1.3.3.2. Resultados.....	13
4.1.2. Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal.....	14
4.1.2.1. Dados gerais.....	14
4.1.2.2. Principais ações do programa.....	15
4.1.2.3. Gestão de ações.....	15
4.1.2.3.1. Ação 1889 - Reaparelhamento das unidades operacionais e do segmento técnico-científico (Promotec/pró-Amazônia).....	15
4.1.2.3.1.1. Dados gerais.....	15
4.1.2.3.1.2. Resultados.....	15
4.1.3. Programa 0750 - Apoio Administrativo.....	16
4.1.3.1. Dados gerais.....	16
4.1.3.2. Principais ações do programa.....	16
4.1.3.3. Gestão de ações.....	17
4.1.3.3.1.2. Resultados.....	17
4.1.4. Programa 1127 - Sistema Único de Segurança Pública - SUSP.....	19
4.1.4.1. Dados Gerais.....	19
4.1.4.2. Principais ações do programa.....	19
4.1.4.3. Gestão das ações.....	19
4.1.4.3.1. Ação 1F65 - implantação de infra-estrutura e de sistemas vitais de suporte.....	19
4.1.4.3.1.1. Dados gerais.....	19
4.1.4.3.1.2. Resultados.....	20
4.1.4.3.2. Ação 8545 - Apoio e repressão qualificado.....	21
4.1.4.3.2.1. Dados gerais.....	21
4.1.4.3.2.2. Resultados.....	21
5. Desempenho operacional.....	27
6. Previdência Complementar Patrocinada.....	27
7. Instituições beneficiadas por renúncia fiscal	28
8. Operações de fundos.....	28
9. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins (conforme Anexos II e X da DN-TCU-85/2007).....	28

Anexo A - Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)	29
Anexo B - Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007).....	30
Anexo C - Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item I-1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007).....	31
Anexo D - Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)	45
Anexo E - Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício (conforme item I-1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/2007).....	50
Anexo F - Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício (item 11 do Anexo II da DN - TCU - 85/2007).....	52.

1. Identificação

Tabela x – Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	Superintendência do Departamento de Polícia Federal em Roraima – SR/DPF/RR.	
Natureza jurídica	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério da Justiça	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Portaria nº 551 de 14/12/93, publicada no DOU de 07/01/94; Portaria n. 1.825, de 13 de outubro de 2006.	
CNPJ	n. 00.394.494/0093-54	
Nome e código no SIAFI	SR/DPF/RR- 200384 e 200385	
Código da UJ titular do relatório	200074	
Códigos das UJ abrangidas	“Não consolida outras unidades”	
Endereço completo da sede	Av. Ville Roy n. 2801, bairro Caçari, Boa Vista – Roraima, CEP n. 69.307-725	
Endereço da página institucional na internet	http://www.dpf.gov.br	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Segurança Pública	
Tipo de atividade	Policial	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Primária	200074
	Tesouro	200384
	Funapol	200385

2. Responsabilidades institucionais

2.1. Papel da unidade na execução das políticas públicas

A Constituição Federal fixa, em seu art. 144, § 1º, inciso I, as atribuições da Polícia Federal no tocante às políticas públicas de segurança. Tal disposição ampliou sobremaneira o leque de atuação do órgão, haja vista que a noção de “*interesses da União*” pode ser aplicada a qualquer situação.

Particularmente nas zonas de fronteira da Região Norte, o papel político-institucional da Polícia Federal assume contornos inigualáveis quando comparado com as demais realidades brasileiras – sem desmerecer qualquer outro estado ou região. Explica-se: sendo a maior parte de nossa extensão territorial destinada à preservação da cultura indígena e utilização do solo pelos ocupantes primeiros de nossa nação, deparamo-nos diuturnamente com conflitos de interesses e entendimentos.

Por um lado, a Carta Magna - em compasso com o sentimento nacional de resgate indigenista – “institucionalizou” verdadeiras “Nações Indígenas”, sendo assegurados aos povos primitivos de nosso país enorme carga de direitos, notadamente no tocante à propriedade de terras e sua exploração. Por outro, a necessidade de crescimento do estado, como Unidade da Federação, reclama a adoção de políticas públicas de desenvolvimento econômico, social, cultural, etc.. Tais antagonismos geram conflitos que somente a União pode, e deve, solucionar. São arroteiros que reclamam a posse da terra para fins de desenvolvimento econômico e social; comunidades indígenas que defendem seu direito de propriedade sobre as mesmas e o

estado pleiteando a exploração do subsolo como forma de auferir renda e propiciar melhor qualidade de vida aos seus habitantes.

Some-se a isso o crescente interesse de outras nações na exploração de nossa biodiversidade e riqueza mineral, o que gera o ingresso desmedido de alienígenas em nosso país através de nossas fronteiras secas.

Em meio a tal cenário a Superintendência da Polícia Federal em Roraima vem firmando parcerias com o Exército Brasileiro em ações de monitoramento e preservação de nossa faixa fronteira e com a Polícia Rodoviária Federal na repressão e prevenção de crimes de contrabando e descaminho, furto de cargas e/ou veículos, tráfico ilícito de drogas e até mesmo de seres humanos.

Mudamos nosso modo de agir para podermos melhor combater o crime, não permitindo, assim, que nossos métodos sejam conhecidos e evitados. Estratégia? Intensificamos nossas “micro-operações”. Se diversos crimes são praticados em trabalho de “formiguinha”, adotamos técnicas de “formiguinhas” para combatê-los. O resultado? Significativa redução na prática de descaminho. “Barreiras-surpresa” em períodos e pontos antes desprezados mostraram que pequenos delitos estavam em curso de forma ampla e por rotas antes não utilizadas. Resultado? Redução de tais ocorrências, desnordeando os infratores com a constante preocupação de *“onde estará hoje a Polícia Federal?” “Podemos agir hoje?”*.

Implementamos “OPERAÇÕES PRESENCIAIS” no estado, nas quais a Polícia Federal se mostra à população em constante e intenso agir e coíbe as ações infracionais. Resultado? Na região de fronteira (Bonfim e Pacaraima) a prática de descaminho antes realizada por estradas de terra sofreu significativo abalo, sendo freqüente o comentário entre os moradores de tais localidades, dando conta de que *“a Polícia Federal está atrapalhando nosso ganha-pão. Não tá deixando a gente trabalhar”*.

A participação recente de representantes do órgão, em conjunto com o Ministério Público do Trabalho, a FUNAI, o INCRA e outros entes, tem levado aos trabalhadores ribeirinhos o conhecimento de seus direitos e garantias. Acreditamos que tal medida, ainda em fase embrionária, tende a reduzir a sonegação de tributos federais e/ou contribuições sociais devidas à seguridade social, bem como diminuir o volume de lesões ao erário causadas pela utilização de documentos falsos, quer materialmente, quer ideologicamente.

O monitoramento e a vigilância constantes das rotas habitualmente utilizadas para o tráfico ilícito de drogas e seus integrantes tem igualmente contribuído para o combate de tal crime, obrigando os infratores a buscarem alternativas outras que não o estado de Roraima.

A vizinhança com a Venezuela e a Guiana Inglesa ensejam o ingresso irregular de estrangeiros em nosso território, o que causa, por diversas vezes, sua contratação em condições indesejadas, quer no tocante aos encargos sociais que devam ser suportados pelos empregadores, quer na condição de quase escravidão a que não raro são submetidas tais pessoas. Parcerias deverão ser firmadas com o Ministério do trabalho a fim de reprimir tais práticas. Neste diapasão as OPERAÇÕES PRESENCIAIS têm o condão de coletar dados necessários à adoção das medidas aplicáveis.

É a Polícia Federal atuando de forma preventiva para que não tenha que agir de forma repressiva.

3. Estratégia de atuação

No exercício de 2007, foi de extrema relevância os recursos provenientes da gestão Tesouro (200384), pois, impulsionou as atividades policiais direcionadas ao combate aos ilícitos penais e aparelhamento da Polícia Federal. No Pan-americano, a SR/DPF/RR, destinou um pequeno grupo de policiais que ajudaram na segurança do renomado evento esportivo, desencadeado praticamente no segundo semestre de 2007. As metas administrativas de 2007 foram parcialmente alcançadas, mas, verifica-se incontestemente uma melhora no funcionamento da regional que adquiriu materiais permanentes que serviram de apoio as operações policiais. O NTI/SR/DPF/RR, foi contemplado com dois novos servidores de informática, visando tornar mais eficiente o sistema interno de gerenciamento de informações.

Com a liberação de recursos na gestão Funapol (200385), foi modernizado o laboratório do SETEC em vista da confecção de laudos periciais solicitados principalmente pela Justiça Federal. Foi adquirido também materiais permanentes como: viaturas, computadores, fragmentadoras de papel (preservação de informações sigilosas e das atividades desenvolvidas nesta Superintendência, inclusive prevendo a reciclagem do papel, com isso, contribuindo para preservação ambiental), ampliação do sistema de vigilância e informação (SISSOFT 2002), passagem e diárias para os servidores policiais, inclusive nos finais de semana em cumprimento às missões de caráter sigiloso em outras unidades da federação.

Nesta Regional, faz-se necessário a ampliação do espaço físico para os servidores desempenharem suas atribuições, pois, o layout encontrase defasado e impróprio ao desenvolvimento salutar das atribuições inerentes às atividades fim e meio da SR/DPF/RR. Afirma-se, incontestemente, que houve a liberação de recursos para o início da licitação do projeto executivo de construção da nova sede, mas, devido entraves burocráticos e, principalmente com a falta de profissionais técnicos responsáveis pela assinatura e elaboração do projeto básico, restou comprometida a execução do empreendimento no exercício de 2007.

Na área administrativa os servidores não foram contemplados com cursos de capacitação, considerando que houve escassez de recursos para a retromencionada área. Atualmente o quadro administrativo encontra-se bastante reduzido, envelhecido, e, sem nenhum atrativo, como podemos observar no último concurso realizado que atingiu o percentual de mais de 50% de abandono, com isso, levando a contratação de terceirizados para suprir o deficit de pessoal da área-meio, que contribui significativamente para a manutenção e atuação da atividade finalística da Polícia Federal no contexto nacional.

4. Gestão de programas e ações

4.1. Programas

Os programas executados por esta UJ são:

Na gestão **200385** - 0662 – Combate a criminalidade; 1353 – Modernização da Polícia Federal.

Na gestão **200384** – 1127 – Sistema único de Segurança Pública – SUSP; 0750 – Apoio Administrativo.

4.1.1. Programa 0662– COMBATE A CRIMINALIDADE

4.1.1.1. Dados gerais

Tabela x – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Intensificar o combate a criminalidade no país mediante fortalecimento

	da repressão as organizações criminosas e das demais operações policiais de competência Federal, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública.
Gerente do programa	Não possui
Gerente executivo	Não possui
Indicadores ou parâmetros utilizados	Prazo e taxa de conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade Brasileira

4.1.1.2. Principais Ações do Programa

Este programa apresenta em seu contexto três ações primordiais, a seguir discriminadas:

Ação 2679 – Fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos (atribuição exercida pela Polícia Federal tendo por escopo principal controlar os uso de precursores químicos que possam ser utilizados para o preparo de entorpecentes, sendo importante atividade para o combate ao tráfico de drogas. Também aqui, se busca disciplinar e regulamentar atividade econômica relevante, estabelecendo normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos);

Ação 2726 – Prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União (Cabe ao Departamento de Polícia Federal, inclusive mediante a ação policial necessária, coibir a turbação e o esbulho possessórios dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da Administração Pública Federal; combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio de rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento de Polícia Federal e com demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da icolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.);

Ação 2720 – Operações de caráter sigiloso (tem por escopo o planejamento e execução de operações de inteligência de caráter sigiloso).

4.1.1.3. Gestão das ações

4.1.1.3.1. Ação 2679 – Fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos

4.1.1.3.1.1. Dados gerais

Tabela x – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.
Descrição	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outras. Realizar controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão de documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas as atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como a instauração de processos administrativos de infração visando apuração de infrações previstas na Lei n. 10.357/01 e aplicação de sanções.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal

Unidades executoras	Informação não disponível
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Informação não disponível
Coordenador nacional da ação	Tude Tupy Fonseca
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Informação não disponível

4.1.1.3.1.2. Resultados

A Ação, ora em comento, utilizou diárias, material de consumo, serviços pessoa jurídica e suprimento de fundos, adquiriu licenças para programa de interceptação (SISSOFT 2002), visando desempenhar operações e fiscalizações na comarca de Boa Vista - Roraima, na intenção de regular e regulamentar o comércio clandestino de substâncias químicas imprescindíveis ao preparo de entorpecentes e monitorar ações do crime organizado que fragiliza o contexto social.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
3390.14	Diárias	37.763,59
3390.30	Material de consumo	17.001,14
3390.39	Serviço de terceiro pessoa jurídica	116.113,68
3390.33	Ressarcimento e indenizações	16.212,88
TOTAL		187.091,29

Tabela x – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
1	1	2	187.091,29

Obs.:

(1) Segundo orientação do Sr. Coordenador da COF/DLOG/DPF (responsável pelo setor de finanças do DPF), as metas do Departamento de Polícia Federal são quantificadas no SIGPLAN, componente do Ministério do Planejamento, e são direcionadas de forma global, com isso, não possuindo uma quantificação por Superintendências das unidades federativas.

(2) Vide resultado global descritivo das ações policiais ao final do item 4.1.4.3.2.2

Tabela x – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional utilizados na execução da ação

Não houve financiamentos externos

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo**	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção

* Apresentar individualmente por motivo. ** Amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso, outros.

4.1.1.3.2. Ação 2726 – Prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União

4.1.1.3.2.1. Dados gerais

Tabela x – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da icolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo país.
Descrição	Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, restituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes, aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional. Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal
Unidades executoras	Informação não disponível
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Informação não disponível
Coordenador nacional da ação	Leandro Daiello Coimbra
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Informação não disponível

4.1.1.3.2.2. Resultados

A Ação 2726 visou empregar recursos modernização da Polícia Federal, principalmente com a compra de equipamentos, veículos, embarcações, equipamentos de informática. Nota-se também que houve disponibilidade financeira para satisfação diárias e suprimento de fundos usados em eventualidades inerentes a atividade de Polícia. A deficiência fiscalizatória dos rios de Roraima foi amenizada com a aquisição de embarcações, que serão destinadas a repressão de crimes contra a fauna e flora.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
3390.14	Diárias	638.889,50
3390.30	Material de consumo	1.938,33
3390.39	Serviço de terceiro pessoa jurídica	180.370,00
4490.52	Material Permanente	1.245.740,26
TOTAL		2.066.938,09

No que concerne aos elementos de despesas 4490.52 e 3390.39 o valor de R\$ 1.426.110,26 foram direcionados a compra de equipamentos, provenientes da Sentença Judicial n. Relação dos Equipamentos adquiridos com os recursos da Sentença Judicial nº 2003.4200.001332-4 da Segunda Vara da Justiça Federal. Os valores foram originados da apreensão de um avião que fez um pouso forçado, e no seu interior encontraram vestígios de drogas e valores em dolares americanos, euros, e outras moedas estrangeiras. O MM Doutor Juiz de Direito Helder Girão Barreto, considerando os aspectos insertos no princípio da razoabilidade, destinou parte dos recursos ao aparelhamento da Polícia Federal de Roraima e outra parte à segurança pública do estado.

Item	Especificação mínima	Quant.	Valor	Valor Total
01	Veículo chevrolet/astra sedan	2	49.290,00	98.580,00
02	Veículo tipo Pick-up, 4x4 marca MITSUBISHI L200	8	75.696,54	605.572,32
03	Bote Inflável tipo C3	1	6.580,00	6.580,00
04	Microcomputador de mesa	11	2.115,00	23.265,00
05	Veículo fiat/palio motor 1.8, ano de fabricação 2008	6	43.000,00	258.000,00
06	Motocicleta honda 0KM, 250	6	12.100,00	72.600,00
07	Nobreak tipo senoidal interativo – r	34	516,66	17.566,44

Item	Especificação mínima	Quant.	Valor	Valor Total
08	Motor de popa 40 HP	1	8.300,00	8.300,00
09	Fragmentadora de uso industrial, motor de 5HP	2	11.150,00	22.300,00
10	Fragmentadora profissional	25	649,50	15.588,00
11	Filmadora 40 GB de HDD	10	2.181,25	21.812,50
12	Lavadora a jato de alta pressão,	1	3.440,00	3.440,00
13	Impressora hp laser ou marca similar, modelo 1300, superior.	24	575,00	13.800,00
14	Impressora multifuncional,	12	1.649,90	19.798,80
15	Embarcação tipo canoa, em alumínio	1	7.450,00	7.450,00
16	Nobreak 5000VA/3500W, 230V, UPS, AC 220/230/240V	2	6.443,99	12.887,98
17	Copiadora digital	1	7.399,00	7.399,00
18	Sistema de vigilância digital	1	8.430,00	8.430,00
19	GPS	18	1.076,66	19.379,88
20	Licenças do SISTEMA SISOFT 2002 – SOMBRA (Mensagem n. 2007/1629197) ED n. 3390.39.94 - ampliação	01	61.200 28.560 5.230 65.380 20.000-	180.370,00
21	Aparelho de telefonia vis satélite GLOBALSTAR	01	2.990,00	2.990,00
TOTAL		-	-	R\$ 1.426.109,92

Tabela x – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
1	1	2	2.066.938,09

Obs.:

(1) Segundo orientação do Sr. Coordenador da COF/DLOG/DPF (responsável pelo setor de finanças do DPF), as metas do Departamento de Polícia Federal são quantificadas no SIGPLAN, componente do Ministério do Planejamento, e são direcionadas de forma global, com isso, não possuindo uma quantificação por Superintendências das unidades federativas.

(2) Vide resultado global descritivo das ações policiais ao final do item 4.1.4.3.2.2

Tabela x – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional utilizados na execução da ação

Não houve financiamentos externos

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo**	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção

* Apresentar individualmente por motivo. ** Amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso, outros.

4.1.1.3.3. Ação 2720 – Operações de caráter sigiloso

4.1.1.3.3.1. Dados gerais

Tabela x – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando o mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparentamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal
Unidades executoras	Informação não disponível
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Informação não disponível
Coordenador nacional da ação	Daniel Lorenz de Azevedo
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Informação não disponível

4.1.1.3.3.2. Resultados

Os valores apropriados a Ação 2720 foram empregados em atividades estritamente de inteligência, visando investigação do crime organizado, tráfico de entorpecentes e outros que necessitam da atuação discreta da polícia em todo o estado de Roraima. Foi empregado nas atividades desta ação verbas de caráter sigiloso.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)

3390.30	Material de consumo	23.343,74
3390.36	Serviço de terceiro pessoa física	56.700,00
3390.39	Serviço de terceiro pessoa jurídica	10.821,46
TOTAL		93.865,20

Tabela x – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
1	1	2	93.865,20

Obs.:

(1) Segundo orientação do Sr. Coordenador da COF/DLOG/DPF (responsável pelo setor de finanças do DPF), as metas do Departamento de Polícia Federal são quantificadas no SIGPLAN, componente do Ministério do Planejamento, e são direcionadas de forma global, com isso, não possuindo uma quantificação por Superintendências das unidades federativas.

(2) Vide resultado global descritivo das ações policiais ao final do item 4.1.4.3.2.2

Tabela x – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional utilizados na execução da ação

Não houve financiamentos externos

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo**	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção

* Apresentar individualmente por motivo. ** Amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso, outros.

4.1.2. Programa 1353– MODERNIZAÇÃO DA POLICIA FEDERAL

4.1.2.1. Dados gerais

Tabela x – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Aprimorar a estrutura e o modelo operacional, gerencial e a capacidade executiva do policiamento federal
Gerente do programa	DPF – Alciomar Goersch
Gerente executivo	Maurício de melo Passos
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de modernização das unidades operacionais da Polícia Federal
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade brasileira

4.1.2.2. Principais Ações do Programa

Este programa é composto por uma ação, a seguir discriminada:

Ação -1889 Reaparelhamento das Unidades Operacionais e do Segmento Técnico-Científico (promotec/pró-Amazônia) – tem por escopo proporcionar infra-estrutura técnica e adquirir equipamentos de suporte a atividade-fim da instituição.

4.1.2.3. Gestão das ações

4.1.2.3.1. Ação 1889 Reaparelhamento das unidades operacionais e do segmento técnico-científico (promotec/pró-Amazônia)

4.1.2.3.1.1. Dados gerais

Tabela x – Dados gerais da ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Reaparelhar as unidades da Polícia Federal com equipamentos e tecnologias aplicáveis à atividade policial, visando à modernização da instituição e ao aumento de sua eficiência no combate à criminalidade.
Descrição	Aquisição de equipamentos e sistemas para a área de criminalística, de identificação e de outros sistemas aplicáveis à capacitação e à investigação policial; aquisição de aeronaves, de embarcações, de viaturas e outros itens de uso policial para comporem os diversos sistemas relacionados ao Programa de Modernização da polícia Federal, provenientes de recursos externos; construção de um banco de dados de DNA; aquisição de materiais permanentes e implantação dos planos de segurança orgânica nas Unidades do Departamento de Polícia Federal – DPF, abrangendo a segurança das instalações, segurança do pessoal, segurança de sistemas e segurança de documentos, provenientes de recursos próprios e do Tesouro Nacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal
Unidades executoras	Informação não disponível
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Informação não disponível
Coordenador nacional da ação	Paulo Martins Beltrão Filho
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Informação não disponível

4.1.2.3.1.2. Resultados

A Ação 1889 teve por escopo climatizar as instalações do SETEC desta Unidade Jurisdicionada, pois nos idos de 2005 o mesmo apresentava uma situação bastante precária, no que concerne principalmente a emissão de laudos periciais com atraso, ou até mesmo não os confeccionando, tranferindo tal encargo ao DPF/DF. Hoje contamos com um espaço melhorado e dotado de equipamentos de ponta, no entanto precisavamos de aparelhos condicionadores de ar, o que foi concretizado com esta ação ora em comento.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
---------------------	-----------	-------------

4490.52	Material Permanente	9.900,00
TOTAL		9.900,00

Tabela x – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
1	1	2	9.900,00

Obs.:

(1) Segundo orientação do Sr. Coordenador da COF/DLOG/DPF (responsável pelo setor de finanças do DPF), as metas do Departamento de Polícia Federal são quantificadas no SIGPLAN, componente do Ministério do Planejamento, e são direcionadas de forma global, com isso, não possuindo uma quantificação por Superintendências das unidades federativas.

(2) Vide resultado global descritivo das ações policiais ao final do item 4.1.4.3.2.2

Tabela x – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional utilizados na execução da ação

Não houve financiamentos externos

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo**	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção

* Apresentar individualmente por motivo. ** Amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso, outros.

4.1.3. Programa 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO

4.1.3.1. Dados gerais

Tabela x – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente do programa	Informação não disponível
Gerente executivo	Informação não disponível
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não possui
Público-alvo (beneficiários)	Governo

4.1.3.2. Principais Ações do Programa

Este programa consta de uma ação, a seguir discriminada:

Ação – 2000 – Administração da Unidade (base legal da ação inserta no art. 20 e 65 da Lei n. 10.486, de 04 de julho de 2002; tem por escopo constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da união, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas de ação finalística).

4.1.3.3. Gestão das ações

4.1.3.3.1. Ação - 2000 - Administração da Unidade

4.1.3.3.1.1. Dados gerais

Tabela x – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 – Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 – Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 – Ações de Informática. Nesse sentido se constitui na agragação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias á gestão e administração da unidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Unidades executoras	Informação não disponível
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Informação não disponível
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Informação não disponível

4.1.3.3.1.2. Resultados

Na Ação 2000 foram empregados recursos em diárias, passagens, adimplemento de obrigações contratuais com terceirizados, materiais de consumo e serviços necessários ao desempenho da atividade policial, sem os quais estaria comprometido todo o sistema da atividade – fim. Acusamos também recebimento de recursos vinculados com a indenização de armas de fogo (campanha do desarmamento).

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
3390.14	Diárias	292.097,33
3390.30	Material de consumo	609.186,89
3390.33	Passagens	280.475,41
3390.36	Serviço de terceiros pessoa física	79.962,55
3390.37	Locação de mão- de- obra	1.157.269,06
3390.39	Serviço de terceiro pessoa jurídica	905.331,25
3390.47	Taxas	799,00
3390.92	Despesas de exercício anteriores	3.996,30
4490.52	Material Permanente	64.508,62
3390.93	Ressarcimento e indenizações	32.464,17
TOTAL		3.426.090,58

Tabela x – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
1	1	2	3.426.090,58

Obs.

Obs.:

(1) Segundo orientação do Sr. Coordenador da COF/DLOG/DPF (responsável pelo setor de finanças do DPF), as metas do Departamento de Polícia Federal são quantificadas no SIGPLAN, componente do Ministério do Planejamento, e são direcionadas de forma global, com isso, não possuindo uma quantificação por Superintendências das unidades federativas.

(2) Vide resultado global descritivo das ações policiais ao final do item 4.1.4.3.2.2

Tabela x – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional utilizados na execução da ação

Não houve financiamentos externos

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo**	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção

* Apresentar individualmente por motivo. ** Amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso, outros.

4.1.4. Programa 1127– SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP

4.1.4.1. Dados gerais

Tabela x – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Ampliar a eficiência do Sistema de Segurança Pública e Defesa Civil mediante a reestruturação e integração de suas organizações.
Gerente do programa	Antonio Carlos Biscaia
Gerente executivo	Não possui
Indicadores ou parâmetros utilizados	Índice sintético de desempenho
Público-alvo (beneficiários)	Operadores de Segurança Pública

4.1.4.2. Principais Ações do Programa

Este programa contempla duas ações primordiais, a seguir discriminadas:

Ação – 1F65 – Implantação de Infra-estrutura e de Sistemas Vitais de Suporte (objetiva implantar a infra-estrutura necessária para fornecer suporte às ações de segurança pública nos Jogos Pan-americanos e Para-Pan-americano 2007);

Ação – 8545 – Apoio a Repressão Qualificado (Objetiva apoiar a implementação e coordenação de atividades integradas e operações especiais de Segurança Pública voltadas ao controle e repressão à criminalidade).

4.1.4.3. Gestão das ações

4.1.4.3.1. Ação – 1F65 – Implantação de Infra-estrutura e de Sistemas Vitais de Suporte

4.1.4.3.1.1. Dados gerais

Tabela x – Dados gerais da ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Implantar a infra-estrutura necessária para fornecer suporte às ações de segurança pública nos Jogos Pan e Para-Pan-americano de 2007.
Descrição	Implantação de sistema único de comunicação e comando/controle, aberto para ligação entre todos os órgãos de segurança pública (federal, estadual e municipal); ampliação das câmaras no Estado do Rio de Janeiro e da Central de Monitoramento da Secretaria de Segurança Pública/RJ e do setor de transportes; implementação e ampliação no sistema de rastreamento de veículos; treinamento para atividades no Centro de Operações; adequação das estruturas dos estádios e locais de eventos esportivos; contratação de consultoria; construção e implantação do Centro Regional de Treinamento para formação de policiais condutores de cães de trabalho; patrulhamento e monitoramento aéreo de áreas críticas ou de situações adversas; aquisição de bens e contratação de serviços na área de tecnologia da informação e comunicação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP
Unidades executoras	Informação não disponível
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Informação não disponível
Coordenador nacional da ação	José Hilário Nunes Medeiros
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Informação não disponível

4.1.4.3.1.2. Resultados

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
3390.14	Diárias	137.068,90
3390.33	Passagens	25.268,67
3390.30	Material de consumo	5.405,53
TOTAL		167.743,10

Tabela x – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
1	1	2	167.743,10

Obs.:

(1) Segundo orientação do Sr. Coordenador da COF/DLOG/DPF (responsável pelo setor de finanças do DPF), as metas do Departamento de Polícia Federal são quantificadas no SIGPLAN, componente do Ministério do Planejamento, e são direcionadas de forma global, com isso, não possuindo uma quantificação por Superintendências das unidades federativas.

(2) Vide resultado global descritivo das ações policiais ao final do item 4.1.4.3.2.2

Tabela x – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional utilizados na execução da ação

Não houve financiamentos externos

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo**	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção

* Apresentar individualmente por motivo. ** Amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso, outros.

4.1.4.3.2. Ação 8545 – Apoio a Repressão Qualificado

4.1.4.3.2.1. Dados gerais

Tabela x – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar a implementação e coordenação de atividades integradas e operações especiais de Segurança Pública voltadas ao controle e repressão a criminalidade.
Descrição	Apoio à implementação e coordenação de atividades integradas e operações especiais de Segurança Pública desenvolvidas pelos órgãos federais (Polícia Federal e Rodoviária Federal) e/ou estaduais (Polícias Civil e Militar), em todo território nacional. Operações integradas: Áreas de fronteira internacional em apoio a órgãos federais (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Forças Armadas Brasileiras e Secretaria da Receita Federal); Áreas urbanas em apoio aos órgãos de segurança pública dos estados para controle da criminalidade; Combate ao crime organizado em áreas localizadas no território nacional; Operações combinadas de segurança pública.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP
Unidades executoras	SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Informação não disponível
Coordenador nacional da ação	João Francisco Goulart dos Santos
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Informação não disponível

4.1.4.3.2.2. Resultados

Na Ação 1F65, refere-se ao Panamericano. A SR/DPF/RR, destinou um pequeno grupo de policiais que ajudaram na segurança do renomado evento esportivo, desencadeado praticamente no segundo semestre de 2007, onde foram destinados recursos para pagamento de diárias, passagens e uniformes da equipe encarregada da segurança do evento retromencionado. Já na Ação 8545, o objeto tutelado são os valores sociais e a repressão a criminalidade, que requer a presença de efetivo nas diversas unidades da federação.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
3390.14	Diárias	45.267,30
TOTAL		45.267,30

Os resultados discriminados a seguir referem-se às ações detalhadas anteriormente. Ressaltamos, porém, que não foi possível fazer a vinculação das metas realizadas com os resultados obtidos, porque as atividades policiais são constituídas de peculiaridades distintas de outras organizações, pois, suas ações podem ser tanto preventivas, quanto repressivas, no entanto, o mesmo apresenta um controle de suas ações peculiares e operações em todas as delegacias que compõe o quadro estrutural de um Regional, formando verdadeiras células de comando. Devemos, ainda, considerar que o setor financeiro responsável no DPF/DF não disponibiliza recursos vinculados às operações policiais, como acontece com as diárias, passagens e outros.

LAUDOS PERICIAIS

TIPO DE LAUDO	2007	2006	2005
Audiovisual e Eletroeletrônicos	11	24	21
Contábil e Econômicos	20	09	98
Balística Forense	157	43	149
Engenharia	08	02	00
Informática	81	16	04
Laboratório	28	27	22
Local de Crime	35	16	27
Meio Ambiente	32	05	03
Veículos	105	-	-
Documentoscópicos	37	38	78
Merceológicos	75	26	04
Papiloscópicos	10	-	-
Diversos	08	112	86
Total	607	318	492

A confrontação do número de laudos produzidos em 2005 e 2006 com o número de PCFs lotados nesse SETEC e a grande carência de material básico para realização de perícias específicas, principalmente informática, engenharia e ambiental, permitem afirmar que os resultados obtidos são positivos. Torna-se importante destacar que durante os meses de junho, julho e agosto parte dos servidores foram destacados para atuar nos jogos Pan -Americanos e Para -Pan.

Destaca-se, também, o avanço da produção de laudos de informática após a aquisição dos equipamentos mínimos necessários no primeiro semestre de 2007 e o recebimento dos equipamentos avançados em outubro de 2007.

ATIVIDADES DO NÚCLEO DE OPERAÇÕES

Discriminação	2007	2006
Mandados de prisão cumpridos	07	15
Mandados de busca apreensão	02	13
Apreensões de produtos de descaminho	00	28
Apreensões de armamento/munição	01	05
Intimações cumpridas	830	190
Segurança de dignitários	00	18
Missões conjuntas (IBAMA, FUNAI, INCRA)	00	11
Prisões em flagrante	00	22
Escolta de presos	44	32
Diligências diversas	414	171

O quadro acima demonstra o aumento de delegados lotados nesta SR e que o foco de aumento no relato dos IPLs fez as atividades deste núcleo serem concentradas no apoio investigativo para solução dos inquéritos. Em função do exposto justifica-se a redução de prisões cumpridas, buscas, apreensões, flagrantes e missões conjuntas e, em contra-partida o aumento de Intimações cumpridas em 436% e de Diligências diversas em 242%. Cabe salientar que grande parte do efetivo foi deslocado, nos meses de julho e agosto, para a segurança dos Jogos Pan-Americanos e Para-Pan, no Rio de Janeiro-RJ. Foi providenciado o aumento do efetivo de agentes lotados neste núcleo.

DELEGACIA DE POLÍCIA DE IMIGRAÇÃO – DELEMIG

DISCRIMINAÇÃO	2007	2006	2005
Estrangeiros autuados	323	391	526
Estrangeiros notificados a deixar o país	22	53	452
Inquéritos Policiais de expulsões instaurados	14	08	08
Inquéritos Policiais de expulsões relatados	09	05	01
Entrada de estrangeiros	14750	12331	24936
Saída de estrangeiros	13885	11630	25699
Saída de brasileiros	41509	33465	18104
Entrada e saída de aeronaves	707	634	398
Translado de cadáveres	17	05	13
Autorização de viagem pra menores	1536	1164	1181
Passaporte comum Expedido	8388	8085	7304

No ano de 2007 verificou-se um aumento da demanda pelos serviços oferecidos, especialmente no que diz respeito à procura por passaportes e pedidos de naturalização, bem como o aumento de sindicâncias diversas, em sua maioria referentes a denúncias recebidas, regularização de estada de estrangeiros e instrução de procedimentos administrativos de expulsão. Em novembro foi implantado o sistema de emissão do novo passaporte brasileiro (padrão ICAO).

No que diz respeito à fiscalização do tráfego internacional, verificou-se uma diminuição do número de estrangeiros autuados, porém a disponibilização de meios para a implementação da fiscalização nos postos avançados e a determinação de consulta ao banco de dados do SINPI resultou na prisão de estrangeiros por uso de passaporte falso, além do cumprimento de vários mandados de prisão em aberto. Entretanto, houve diminuição na arrecadação referente a multas.

DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES FAZENDÁRIOS – DELEFAZ

Principais apreensões:

ITENS	2007	2006	2005
gasolina	37.420 l	47.314 l	25.404 l
diesel	2.740 l	10.781 l	1.590 l
Automóveis / moto	62 un	65 un	37 un
Caminhões /ônibus	15 un	5 un	1 un
diamante	1001 gr	130 gr	10gr
Bebidas alcoólicas	18.282 un	8329 un	7395 un
CDs e DVDs piratas	9.224 un	8932 un	0
medicamentos	22.680 un	2744 un	0

Esta especializada manteve o combate ao contrabando e descaminho internacional nas fronteiras com a Guiana e Venezuela. Destaca-se o aumento de apreensões de bebidas alcoólicas e o surgimento de apreensões de produtos diversos, como metais (alumínio), alho chinês e charutos finos (estes últimos avaliados em R\$ 1000.000,00). Destaca-se ainda a atuação na fronteira com a Venezuela com durante a Operação Tolerância Zero, onde foram apreendidos 44 veículos utilizados para o descaminho de combustível, seja transportando ilegalmente o produto ou com tanques adulterados especificamente para essa prática delituosa.

DELEGACIA DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA - DELESP

ÍNDICES	2007	2006	2005
Vistoria de empresas de vigilância	12	05	14
Vistoria de veículos especiais de transporte de valores	11	08	09
Vistoria de agências bancárias	40	36	40
Carteiras de vigilantes requeridas	119	180	-
Certificados de vigilantes registrados	297	255	260
Guias de transferência e/ou transporte de armas	36	31	22
Consultas/informações prestadas	36	15	08

Atualmente, a DELESP/RR encontra-se com todos os procedimentos e vistoria atualizados, não existindo nenhuma pendência. Está sendo planejada a implementação de um calendário de vistorias/fiscalizações a serem desempenhadas pela Comissão de Vistoria, tendo como finalidade exercer efetivamente o controle e a fiscalização do exercício das atividades de segurança privada neste Estado, com vistas a coibir o exercício irregular (clandestino), como também verificar se as empresas regulares estão colocando em seus postos de serviços vigilantes devidamente habilitados e em conformidade com as normas que regulam o setor, dentre outros aspectos.

DELEGACIA DE REPRESSÃO A ENTORPECENTES - DRE

TIPOS DE ENTORPECENTES	2007	2006	2005
COCAÍNA (KG)	116,00	928,61	69,42
MACONHA (KG)	4,25	3,37	-

As apreensões de cocaína no ano 2006 foram esporádicas em função de duas operações (260 Kg e 600 Kg) que elevaram consideravelmente o resultado. Considerando as pequenas apreensões em 2007 que culminaram no volume final houve um equilíbrio no volume de apreensões. A apreensão de maconha demonstra que há uma pequena rota da República da Guiana para o consumo local. É necessário considerar que 82% da faixa de fronteira internacional encontra-se em Reservas Indígenas, cujo vazio demográfico provocado propicia facilidade para o tráfico de entorpecentes.

QUADRO DE ORDENS DE MISSÃO POLICIAL E ORDENS DE SERVIÇO ADMINISTRATIVO

TIPOS	2007	2006
Postos avançados	99	106
Seguranças de Testemunhas	00	32
Outros Estados	111	84
Cursos e eventos	75	99
Diligências	475	496
Mandados e Intimações	134	72
Operações	73	117
Fiscalização de obras	03	16
Escoltas	88	63

TIPOS	2007	2006
Perícias Externas	21	52
Ordens de Serviço	204	217
TOTAL	1283	1354

Não houve atividades de segurança de testemunhas. Duplicou o volume das atividades de cumprimento de mandados e intimações. Em função da realização dos Jogos PanAmericanos e Para-Pan: aumentou a quantidade de missões de apoio fora da UF, reduziu as missões de Operações em Roraima e Redução de cursos de especialização e aperfeiçoamento. Aumentou as atividades de escolta de presos para a Justiça Federal. Foi reforçado o efetivo de agentes por ocasião da lotação de novos policiais formados na Academia Nacional de Polícia.

QUANTIDADE DE INQUÉRITOS INSTAURADOS, RELATADOS E EM ANDAMENTO

ÍNDICES	2007	2006
Quantidade de IPL's instaurados	550	602
Quantidade de IPL's relatados	616	231
Quantidade de IPL's em andamento	973	1039

Houve diminuição de instauração de inquéritos em relação ao ano anterior. Pela primeira vez nos últimos 4 anos o volume de relatados, que teve um aumento de quase 200%, foi maior que instaurados, demonstrando aumento significativo da Eficácia da atividade de polícia judiciária da união. Por consequência houve redução dos inquéritos em andamento o que possibilita uma melhor distribuição e aumento efetivo da Eficiência e Efetividade.

OPERAÇÕES POLICIAIS

OPERAÇÃO	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
Ratos de Fronteira	Bonfim	Coibir o contrabando e descaminho internacional na fronteira com a Guiana.	02 prisões, apreensão de carga de madeira.
CRF (Conselho Regional de Farmácias)	Boa Vista	Fiscalização de farmácias para coibir o funcionamento ilegal	12 farmácias fiscalizadas e autuadas, apreensão de 22680 medicamentos.
Tolerância Zero	Pacaraima	Coibir o contrabando e o descaminho de produtos e bens trazidos da Venezuela	29 presos apreensão de 44 veículos, 12000 lt combustível, 06 papélotes de cocaína, 11 pepitas de ouro.
Piratas do Caribe	Boa Vista	Coibir o comércio de CDs e DVDs piratas na feira permanente 'PASSARÃO'	01 preso 7.000 CDs 2.000 DVDs
BARRO	Terra Indígena Raposa / Serra do Sol	Prevenir conflitos entre grupos indígenas durante assembleias anuais das associações indígenas PRÓ e CONTRA homologação em terras contínuas	01 preso 4.255 gr maconha

OPERAÇÃO	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
CEDRO MARACÁ	Alto Alegre	Reprimir o desmatamento ilegal dentro da área de entorno da Estação Ecológica de Maracá	01 indiciados 01 caminhão 20 m3 de cedro
CANARINHO DO UAUARIS	Alto Alegre	Interceptar garimpeiros egressos de garimpos localizados dentro de terras indígenas	01 preso 23 pedras de diamante. 21,55 gr de ouro
CORREDEIRAS LIVRES	Amajari e Alto Alegre	Reprimir a pesca ilegal na Estação Ecológica do Maracá	03 indiciados
FORNALHA	Boa Vista	Interceptar caminhões que transportam madeira ilegalmente.	01 preso 02 indiciados 01 caminhão 19,6 Estereis de Lenha
CATIVEIRO	Boa Vista	Reprimir o tráfico internacional de animais silvestres	01 preso 145 aves (avaliados em R\$ 73.000,00 no mercado do tráfico).
ROSA DOS VENTOS	Boa Vista	Coibir e desestimular o tráfico internacional de animais silvestres	551 aves (avaliados em R\$ 375.500,00 no mercado do tráfico)
SERRAS DO AUARIS	Amajari	Reconhecer área de fronteira na selva amazônica e fiscalizar instalações de órgãos não governamentais.	01 preso munições para espingarda 20 e 24, material de recarga e armadilhas que fazem uso de munição.
METASTASE	Boa Vista + Curitiba (PR) Manaus (AM)	Desarticular Quadrilha que realizava Fraudes em Licitações da Fundação Nacional Saúde	24 presos
OPERAÇÃO BEIRA- RIO	BOA VISTA	reprimir o tráfico de entorpecentes na região do beiral em boa vista	08 Presos 0,019 KG DE COCAÍNA R\$ 8.527,00
OPERAÇÃO ESPACOL	BOA VISTA	desarticulação de quadrilha atuante no narcotráfico internacional	06 Presos 19 KG DE COCAÍNA 01 carro
OPERAÇÃO NACIENT	RORAIMA AMAZONAS MINAS GERAIS	desarticulação de quadrilha que atuava em diversos estados da federação	04 prisões 02 carro 03 armas 02 motos

Foram realizadas 16 operações com o objetivo de combater a criminalidade. Destacam-se as operações METÁSTASE (entre as sete maiores do DPF no Brasil, que desarticulou uma quadrilha que atuava nas licitações da Fundação Nacional da Saúde), ROSA DOS VENTOS e CATIVEIRO (apreensão de cerca de R\$ 450.000,00 em pássaros da fauna silvestre regional com destino ao tráfico internacional. A atividade de escuta telefônica e análise recebeu, no final de 2007, um incremento de efetivo e equipamentos, que proporcionaram a melhoria considerável de investigações.

Tabela x – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
1	1	2	45.267,30

Obs.

(1) As metas do Departamento de Polícia Federal são quantificadas no SIGPLAN, componente do Ministério do Planejamento, e são direcionadas de forma global, com isso, não possuindo uma quantificação por Superintendências das unidades federativas.

(2) Vide resultado global descritivo das ações policiais ao final do item 4.1.4.3.2.2

Tabela x – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional utilizados na execução da ação

Não houve financiamentos externos

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo**	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção

* Apresentar individualmente por motivo. ** Amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso, outros.

5. Desempenho operacional

Não existe indicadores de gestão instituídos no Departamento de Polícia Federal

6. Previdência Complementar Patrocinada

Não se aplica

7. Instituições beneficiadas por renúncia fiscal

Não se aplica

8. Operações de fundos

Não se aplica

9. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins (conforme Anexos II e X da DN-TCU-85/2007)

Não há conteúdos específicos

Boa Vista – Roraima, 29 de fevereiro de 2008

CLÁUDIO LIMA DE SOUZA

Superintendente Regional

SR/DPF/RR

Anexo A - Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007).

Não houve abertura de TCE no exercício de 2007

Anexo B - Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

Não houve registro de perdas, extravios ou outras irregularidades no exercício de 2007.

Anexo C - Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item I-1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)

UG-200385

Tabela x – Cartão de crédito corporativo: série histórica das despesas pagas mediante fatura

2005	2006	2007
-0-	24.395,38	27.184,72

Tabela x – Cartão de crédito corporativo: detalhamento das despesas pagas mediante fatura

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Totais			

Tabela x – Cartão de crédito corporativo: série histórica dos saques efetuados

2005	2006	2007
-0-	14.730,00	83.270,00

Tabela x – Cartão de crédito corporativo: detalhamento dos saques efetuados em 2007

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Totais			

UG-200385

UG-200384

Tabela x – Cartão de crédito corporativo: série histórica das despesas pagas mediante fatura

2005	2006	2007
-0-	1.474,24	12.022,89

Tabela x - Cartão de crédito corporativo: detalhamento das despesas pagas mediante fatura

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Totais			

Tabela x – Cartão de crédito corporativo: série histórica das saques efetuados

2005	2006	2007
4.690,00	-0-	720,00

Tabela x – Cartão de crédito corporativo: detalhamento dos saques efetuados em 2007

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Totais			

UG-200384

Anexo D - Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

1. Tribunal de Contas da União

Não há recomendações

2. Sistema de controle interno

Unidade Jurisdicionada responsável pela apresentação das contas: SR/DPF/RR – 200384; 200385.
Relatório n°: 189637

1. Item do Relatório de Auditoria: 5.1 – Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos.

1.1 Recomendação: Quantificar as metas estabelecidas, pois a forma que foi utilizada em 2006 refere-se a objetivos.

1.2 Providências a serem Implementadas

- As metas serão implementadas de maneira mais integrada entre os setores, contudo respeitando os objetivos globais do DPF.

2. Item do Relatório de Auditoria: 5.5 – Regularidade na Gestão de Recursos Humanos.

2.1 Recomendação: Adotar controle mais rigoroso e acompanhamento quando do pagamento proporcional do auxílio-alimentação, em observância ao estabelecido no § 2º do artigo 1º do Decreto 3.887/2001.

2.2 Providências a serem Implementadas

- O SRH já está adotando as medidas necessárias para que os descontos e pagamentos de auxílio-alimentação referentes a afastamento de servidores sejam rigorosamente observados, quanto às distorções apontadas serão corrigidas no decorrer do ano até dezembro.

3. Item do Relatório de Auditoria: 2.2.1.1 Constatação: 006

3.1 Recomendação: Providenciar a instauração de tomada de contas especial (TCE) visando apurar responsabilidade e dano ao erário do servidor matrícula n.º 1162500 nos termos da Instrução Normativa TCU n.º 13, de 04/12/1996 que dispõe sobre a instauração e organização de processos de tomada de contas especial e dá outras providências.

3.2 Providências a serem Implementadas

- Houve cobrança por parte do Superintendente através de Ofício, no entanto sem efeito, restando cumprimento do art 84 do Decreto-lei 200/67. Em vista da preservação do princípio da prestação de contas em concurso com o princípio da economicidade o responsável pelo setor financeiro recomendou a emissão de uma carta aviso-recebimento ao servidor, visando demonstrar prova da ciência do mesmo ao fato, tornando indubitável a recalcitrância do mesmo diante do processo de TCE.

4. Item do Relatório de Auditoria: 3.2.2.1 Constatação: (008)

4.1 Recomendação:

RECOMENDAÇÃO: 001

Regularizar a situação, solicitando aos servidores o ressarcimento dos valores, relativos às substituições, pagos incorretamente;

RECOMENDAÇÃO: 002

Observar o que dispõe a Orientação Normativa SAF n.º 96, DOU de 02/05/1991, quanto ao pagamento de substituições.

4.2 Providências a serem Implementadas

- Já se implementou as providências acima recomendadas.

5. Item do Relatório de Auditoria: 3.2.3.1 Constatação: (054)

5.1 Recomendação:

RECOMENDAÇÃO: 001

Providenciar o Laudo de Avaliação Ambiental em conformidade com a Orientação Normativa/SRH/MP n.º 04, de 13/07/2005.

RECOMENDAÇÃO: 002

Efetuar levantamento para verificação de pagamentos efetuados a outros servidores que, por ventura, estejam com a parametrização de 10% e não 20%, para fins de incidência sobre o vencimento básico, conforme estabelecido na Portaria n.º 032/2005-GAB/SR/DPF/RR, de 22/04/2005.

5.2 Providências a serem Implementadas

- Segundo informações obtidas junto a Delegacia do Trabalho e outros órgãos, neste Estado não existem Instituições conveniadas com a Secretaria de Recursos Humanos/Min. Planejamento de Orçamento e Gestão, para fazer o Laudo de Avaliação Ambiental nesta Superintendência, este SRH já solicitou a Coordenação de Recursos Humanos do DPF em Brasília para que providencie um médico habilitado na área de Medicina do Trabalho para proceder a referida avaliação.

Já está sendo diligenciado pelo SRH..

6. Item do Relatório de Auditoria: 3.2.3.2 Constatação: (055)

6.1 Recomendação:

RECOMENDAÇÃO: 001

Providenciar o Laudo de Avaliação Ambiental em conformidade com a Orientação Normativa/SRH/MP n.º 04, de 13/07/2005.

RECOMENDAÇÃO: 002

Efetuar levantamento para verificação de pagamentos efetuados a outros servidores que, por ventura, estejam recebendo o pagamento sem o cômputo do complemento do salário mínimo na base de cálculo e dos servidores que estão recebendo o adicional incidente sobre a gratificação de operações especiais uma vez que não há previsão de incidência sobre qualquer outra vantagem na Portaria n.º 031/2005- GAB/SR/DPF/RR, de 22/04/2005.

6.2 Providências a serem Implementadas

- Em duplicidade com item 5.1 – Recomendação 001.
- Já foi efetuado o levantamento, e corrigido as distorções encontradas, com reposição dos valores.

7. Item do Relatório de Auditoria: 3.2.4.2 Constatação: (057)

7.1 Recomendação:

RECOMENDAÇÃO: 001

Proceder ao levantamento dos servidores que usufruíram férias no exercício 2006 e que fazem jus ao auxílio-transporte, a fim de verificar os descontos incorretos, mediante memória de cálculo.

RECOMENDAÇÃO: 002

Adotar o disposto no § 1º do artigo 5º da MP n.º 2165-36, de 23/08/2001, procedendo ao desconto relativo ao auxílio-transporte no mês subsequente com base na proporcionalidade de vinte e dois dias.

7.2 Providências a serem Implementadas

- Até o final do exercício serão corrigidos os descontos e pagamentos incorretos feitos aos servidores.
- A recomendação está sendo rigorosamente observada.

8. Item do Relatório de Auditoria: 3.2.4.3 Constatação: (059)

8.1 Recomendação:

RECOMENDAÇÃO: 001

Adotar maior controle e acompanhamento quando do pagamento proporcional de auxílio-alimentação, em observância ao estabelecido no § 2º do artigo 1º do Decreto 3.887/2001, de 16/08/2001.

8.2 Providências a serem Implementadas

- Já está sendo controlado o pagamento de auxílio alimentação de acordo com a recomendação.

9. Item do Relatório de Auditoria: 3.3.2.1 CONSTATAÇÃO: (023)

9.1 Recomendação:

RECOMENDAÇÃO: 001

Caracterizar nos processos de concessão de diárias, quando não for possível efetuar o pagamento antecipadamente, conforme prevê o art. 5º, I do Decreto 5.992, de 19/12/2006.

RECOMENDAÇÃO: 002

Solicitar aos servidores a apresentação dos comprovantes de embarque, segundo estabelece o artigo 3º da Portaria MPOG n.º 98/2003, de 16/07/2003.

RECOMENDAÇÃO: 003

Justificar no processo de concessão de diária, quando não for possível atender à programação das viagens com antecedência mínima de acordo com a Portaria MPOG n.º 98/2003, de 16/07/2003, artigo 2º, item IX.

RECOMENDAÇÃO: 004

Solicitar ao servidor, inscrito no SIAPE sob a matrícula n.º 715827, a restituição ao Erário relativo ao pagamento de diárias em duplicidade, efetuado por meio das ordens bancárias n.º 900841, UG 200385 e 900518, UG 200384, ambas do dia 18.09.2006, referentes à Proposta de Concessão de Diárias n.º 1004/2006.

9.3 Providências a serem Implementadas

- O CH/NEOF/SELOG/SR/DPF/RR, está se adequando a diretiva CGU, na medida do possível, visando otimização no processo de concessão de diárias.
- O Sr. Superintendente emitiu Memorando de cobrança aos servidores que não efetuaram a devolução dos canhotos dos bilhetes de passagens, pautando-se na Instrução Normativa n. 006/DG/DPF de 08.06.1998, itens 8.1, 8.3 e 8.5, concedendo prazo de dez dias para devolução. Da recomendação CGU resta, de forma justa, responsabilização dos servidores e não do setor financeiro pela não devolução dos canhotos de passagens.
- O CH/SELOG/SR/DPF/RR entrou em contato com o Sr. DREX/SR/DPF/RR e solicitou gestões no sentido da programação prévia das viagens dos policiais que não mereçam atenção imediata.
- O CH/NEOF/SELOG/SR/DPF/RR providenciou a cobrança dos valores ao servidor em citado na Recomendação de n. 004, que providenciou o recolhimento dos valores por meio de GRU.

10. Item do Relatório de Auditoria: 4.1.4.1 Constatação: (029)

10.1 Recomendação:

RECOMENDAÇÃO: 001

Planejar adequadamente as aquisições de bens e serviços por meio de processos licitatórios a fim de que seja possível realizar o certame dentro do limite temporal fixado para o empenhamento da despesa e a observar todos os procedimentos prescritos na lei n.º 8.666/93.

No caso, em epígrafe, levantamos a polêmica na destinação dos recursos pelo Governo somente no final do exercício financeiro, reduzindo de forma significativa todo o planejamento auferido no início do exercício de modo a conturbar os setores, principalmente CPL, NAD e NEOF, em vista do vencimento e reativação de todos os contratos por meio de licitação, paritariamente com as compras dos materiais necessários a atividade fim do DPF devidamente assentados no Plano de Metas.

10.2 Providências a serem Implementadas

- As prospecções desta Regional são registradas no Plano de Metas, conforme cópia anexa ao Relatório de Gestão deste exercício.

11. Item do Relatório de Auditoria: 4.1.5.1 Constatação: (030)

11.1 Recomendação:

RECOMENDAÇÃO: 001

Realizar as aquisições de bens e serviços comuns por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão, na forma prevista no Decreto n.º 5.450, de 31.05.2005.

11.2 Providências a serem Implementadas

- A CPL/SR/DPF/RR está empenhada no cumprimento da recomendação em epígrafe, especialmente no que concerne a adoção do SRP, seguindo ditames do Decreto n. 3.931 de 19 de setembro de 2001, recomendado pela CGU, como um procedimento célere e eficaz nas aquisições de bens e serviços.

12. Item do Relatório de Auditoria: 4.2.5.1 Constatação: (007)

12.1 Recomendação:

RECOMENDAÇÃO: 001

Efetuar o levantamento dos valores pagos indevidamente, correspondente à falta de desconto de 0,5% sobre o valor das passagens, no contrato n.º 011/2004, e solicitar o ressarcimento à contratada.

12.2 Providências a serem Implementadas

- O CH/NEOF/SELOG/SR/DPF/RR está providenciando a quantificação dos valores, sabendo que a empresa aumentou o desconto para 1% em vista da compensação dos valores não descontados objeto do contrato n. 011/2004. Acusamos ressarcimento do valor no exercício de 2007 por parte da empresa.

13. Item do Relatório de Auditoria: 4.2.5.2 Constatação: (036)

13.1 Recomendação:

RECOMENDAÇÃO: 001

Observar o disposto nos contratos lavrados pela própria Unidade e proceder aos pagamentos somente após a consulta prévia no SICAF e a verificação do direito do credor por meio da regular liquidação da despesa.

13.2 Providências a serem Implementadas

- Para otimizar a fiscalização contratual esta Unidade Gestora publicou diversas portarias em vista da fiscalização dos contratos vigentes, com o respectivo ateste no recebimento dos serviços, restando apenas informar que os servidores administrativos, com um quadro reduzido, estão sobrecarregados com suas atribuições cotidianas e, ainda, recebem extras, ocasionando o comprometimento de algumas atividades em detrimento de outras.

14. Item do Relatório de Auditoria: 5.1.1.1.1 Constatação: (052)

14.1 Recomendação:

RECOMENDAÇÃO: 001

Atentar para as determinações contidas nos normativos em vigor, DN/TCU 81/2006 e Portaria CGU nº555/2006, ou nos normativos que venham a substituí-los, quando da confecção dos próximos relatórios de Tomada de Contas do exercício.

14.2 Providências a serem Implementadas

- O CH/SELOG/SR/DPF/RR, teve o objetivo de disponibilizar todas as informações necessárias à auditoria da CGU, porém houve dúvida na consolidação do Relatório que apresentou modificações significantes, que em grande parte foram dissipadas na reunião promovida previamente pela CGU.